
O DESAFIO DA OPÇÃO EUROPEIA

Virgílio de Carvalho

O DESAFIO DA OPÇÃO EUROPEIA (*)

Portugal é uma nação a quem a geografia euro-atlântica, a população de imigrantes-emigrantes, e a inesquecível gesta oceânica, permitiram afirmar individualidade de país e, ao mesmo tempo, promover mais fácil contacto entre povos de vários continentes. Do que resultou ter adquirido personalidade muito própria, reconhecidamente universalista.

Sendo assim, e se praticamente todos os países membros da CE estão procurando que o seu interesse fique acautelado no projecto europeu, é por certo bem legítimo que o Portugal universalista o tente também.

Nesta ordem de ideias convirá, antes do mais, recordar o que é de interesse nacional, e referir a seguir os propósitos da chamada «Nova Ordem Internacional» — da qual é elemento fundamental a solidariedade do Mundo Marítimo que o próprio Portugal iniciou com os seus descobrimentos oceânicos — antes de falar de Europa. É esta, por certo, a hierarquia mais conveniente para a defesa dos referidos interesses nacionais. A qual convirá não esquecer, para que Portugal possa enfrentar com êxito o desafio da opção europeia que sempre adiou até hoje, por ser a que mais riscos apresenta, inegavelmente, para a sua individualidade de país.

O INTERESSE DE PORTUGAL

Portugal, por causa da sua delicada situação geográfica, enfrenta desde o nascimento da sua independência, em 1143, um desafio permanente pela sobrevivência da sua identidade de Nação e da sua individualidade de País. Desafio que tem travado com o êxito que se conhece, por se ter assumido como entidade geopolítica, geoeconómica e geocultural marítima. E

(*) Conferência proferida pelo autor na Sociedade Histórica da Independência de Portugal, em 30 de Novembro de 1992, na Sessão Solene da comemoração do 1.º de Dezembro de 1640.

travado de tal forma, que a sua gesta histórica — tirando partido da importância económica e militar do poder marítimo que desenvolveu, e de rotas oceânicas que descobriu, e que passaram a permitir contacto mais directo e mais livre entre culturas, economias e religiões — marcou o início duma nova era: a da «Civilização Pós-Gâmica», segundo Arnold Toynbee (1), a «Nova Idade do Mar», segundo Daniel Boorstin (2), a «Civilização Transoceânica», como preferiu chamar-lhe Fernando Pessoa (3). Nova era que acabou por triunfar decisivamente nos nossos dias, com o êxito do Mundo Marítimo na chamada Guerra Fria.

A História de Portugal mostra o que hoje parece não estar sendo devidamente compreendido pelos Portugueses: que pode ser um país tanto mais importante, influente, rico, seguro e soberano, quanto mais voltado estiver para o mar. Mesmo na Europa. Principalmente na Europa. Porque esta, como adiante procurarei mostrar, também tem muito a lucrar voltando-se para o mar, para o caminho que Portugal lhe abriu há cinco séculos.

Importa por isso lembrar, com a clareza e o vigor que o desafio europeu impõem, os Objectivos Nacionais Permanentes, que a História regista, cujo conjunto compõe a Grande Estratégia Nacional, e que devem alimentar o instinto nacional de defesa. Mas antes, recorde-se que a Dinamarca, a pequena Dinamarca, tendo, como Portugal, fronteira terrestre apenas com um país — no caso a poderosa Alemanha — reagiu precisamente por instinto de defesa a um Tratado de Maastricht que não leu ou que não entendeu bem. E, desse modo, mostrou que a Europa apenas será aceitável se construída a partir da realidade de países, pequenos e grandes, e de povos, como afinal o próprio De Gaulle preconizara. Por outras palavras, apenas será viável uma Europa participada, de todos, que não seja mera junção de poder dos países mais pequenos ao poder de alguns países maiores, para que estes prossigam objectivos históricos eventualmente mais seus do que de todos.

Importa então lembrar que a formação de Portugal começou no Conda do Portucalense, através da viabilização económica deste, ao habituar-se

(1) «Civilization of Trial»

(2) «The Discoverers»

(3) «Mensagem»

a viver do mar e para o mar, e ao estreitar relações económicas e culturais preferentemente com o exterior da Península Ibérica. O que foi possível privilegiando produções competitivas exportáveis por via marítima, explorando recursos económicos do mar, e recorrendo a rotas oceânicas para comerciar com o exterior. E que teve como consequência a fixação de importantes comunidades de imigrantes, potencialmente emigrantes, nos estuários dos seus rios navegáveis. O próprio Papa, necessitado de costa amiga a meio caminho entre o Mar do Norte e o Mediterrâneo para o trânsito dos Cruzados, achou melhor apoiar a separação da Diocese de Braga da Diocese de Compostela. Compostela essa que era então uma autêntica Roma do Ocidente, cuja rota terrestre de peregrinos garantia proventos suficientes à Galiza para que a esta não interessasse seguir Portugal na sua arriscada caminhada para o mar.

Terá começado assim a nascer o País Portugal, para cuja viabilização geopolítica e geoeconómica muito contribuiu o apoio dos mesmos Cruzados para a conquista aos Mouros dos grandiosos e decisivos estuários do Tejo e do Sado. Os quais, juntos aos do Douro e do Guadiana, conferiram a Portugal a maritimidade centrífuga suficiente para, equilibrando a continentalidade centrípeta de Castela, assegurar a individualidade política de Portugal.

Mais tarde, como parte da empresa do descobrimento das rotas oceânicas que fizeram com «que o mar unisse, já não separasse» (4), Portugal achou, povoou e desenvolveu os arquipélagos da Madeira e dos Açores, compondo um País quase-arquipelágico, descontínuo, mais euro-atlântico que ibérico. E o País que, enquanto na sua fase continental, D. Dinis havia já estruturado e motivado para «viver de vida própria» (5) — desenvolvendo produções exportáveis por via marítima, criando marinhas de comércio, de pesca e militar, fundando a Universidade — foi capaz de, com a junção dos arquipélagos atlânticos, resistir mais tarde à força centrípeta do resto do corpo peninsular, acrescida em 1492 com a sua unificação acordada pelos Reis Católicos para a criação da Espanha. País quase-arquipelágico, talvez com a composição mínima, nuclear, para poder ser viável, a que D. João II forneceu a estratégia de sobrevivência — inescusável — de «conter a Espanha em terra e batê-la no mar». Um falar bem claro que não impediu,

(4) Arnold Toynbee, «Civilization of Trial».

(5) J. Cortesão — Os Factores Democráticos na Formação de Portugal.

antes pelo contrário, que, durante o reinado do Príncipe Perfeito, as relações entre os dois países vizinhos tivessem sido do maior respeito. No fundo, o que D. Dinis e D. João II fizeram foi o que o lendário fundador de Lisboa, Ulisses, «fez» ao tapar os ouvidos dos seus remadores, e ao mandar que o amarrassem a ele próprio ao mastro da embarcação que capitaneava, para que, resistindo ao canto dissolvente das sereias da terra, não soçobrasse contra a costa.

A opção europeia não consente a Portugal recorrer aos métodos centrífugos radicais de Ulisses. O tapar de ouvidos, e o amarrar ao mastro, devem ser hoje o aumentar da resistência material e anímica do País à sua absorção pelo corpo peninsular que está geograficamente interposto entre si e o coração económico da Europa, recorrendo a uma estratégia adequada para reforço da sua euro-atlanticidade. Nomeadamente através de desenvolvimento económico individualizante, visando compensar continentalizações que o País tem de aceitar por imposição da opção europeia, e também por interesse próprio. E, sobretudo, jogar na melhoria da qualidade da população, através de ensino, formação e informação convenientes, uma vez que a qualidade humana é factor decisivo do êxito das políticas e das estratégias dos países. Por isso, interessa não apenas que os Portugueses saibam bem o que é o Tratado de Maastricht, mas também o que é Portugal, quanto ao que é essencial para poderem entender, no mínimo instintivamente, o que deve querer-se e o que não pode aceitar-se.

Portugal é um país muito especial. É o mais atlântico, e o único apenas Atlântico, da Europa. É a única nação da Península Ibérica que, ao maritimizar-se, e ao atlantizar-se, conseguiu capacidade para poder ser país individualizado. E é o único membro da NATO inserido no comando atlântico dela, com sede nos EUA, o que lhe reconhece condição singular de componente da defesa tanto da América do Norte como da Europa. Condição essa de que decorre aliás um importante factor da sua fragmentaridade potencial, que é o sério inconveniente de passar, entre os Açores e o Continente, uma autêntica fronteira entre áreas de interesse estratégico da América do Norte e da Europa. O que é visível do facto do comando português da área ibero-atlântica não abarcar os Açores, mas apenas a Madeira e o Continente, e de tal «fronteira» se repetir quanto aos espaços de inte-

resse estratégico da França e da Espanha, e quanto ao tratado de defesa hispano-americano.

Portugal é realmente um País de elevado grau de fragmentaridade potencial. Do que decorre interessar-lhe, sobremaneira, por razões de preservação da sua vital coesão interterritorial, que América do Norte e Europa mantenham o seu acoplamento estratégico — a NATO — que foi factor essencial do triunfo do Mundo Marítimo na chamada Guerra Fria. A Portugal interessa-lhe, pois, e muito, ser militante da preservação da Aliança Atlântica, e da formação duma Europa atlantista. Isto é, duma Europa que não pretenda vir a situar-se entre a Eurásia e a América do Norte, desaco-plantando-se desta, e aumentando o risco de fragmentaridade do País.

Lembra-se ainda que Portugal (pelo facto de o Continente ser uma faixa longa e estreita Norte-Sul, com naturais diferenças climáticas e de cultura) tem, segundo os clássicos, a terceira condição mais perigosa de fragmentaridade potencial. Enquanto que a descontinuidade marítima, que também caracteriza o conjunto territorial português, é a segunda. O que aconselha a maior prudência quanto ao divisivo projecto federalista «Europa das Regiões». Porque, se Portugal procura de facto desenvolvimento e modernização, não pode aceitar, em troca desse bem material conjuntural, a perda da sua coesão e da sua individualidade, que é obra inteligente e árdua de oito séculos e meio.

Jaime Cortesão, na sua «História dos Descobrimentos Portugueses», viu a estratégia de viabilização de Portugal nos seguintes termos, que importa ter agora presentes:

«A história portuguesa pode resumir-se numa série de esforços para o aproveitamento das possibilidades de território:

- o primeiro, de arranjo interior sobre o anfiteatro longitudinal virado para o mar;
- o segundo, para utilizar as vantagens da sua posição no sudoeste da Europa, à esquina de dois mares;
- o terceiro, para explorar todas as possibilidades da sua posição em relação à parte restante do planeta, conhecido e por conhecer.

Na realização destes esforços, Portugal forjou a sua individualidade e, com ela, influiu na História da Humanidade.»

Síntese admirável que confirma a tese do Mouro Razis, um geoestrategista do Século X, de que na Península Ibérica seriam naturais e possíveis duas Espanhas: uma ao sol levante, e outra ao sol poente, ao correr dos rios.

Do referido se pode concluir que os Portugueses necessitam efectivamente, de saber, instintivamente, que o potencialmente fragmentário Portugal precisa, antes de mais, de acautelar na CE a sua individualidade euro-atlântica, através do reforço da sua coesão. E que, por isso, são interesse nacional, como atrás se disse, o acoplamento estratégico euro-americano, ou NATO, e um projecto euro-atlantista para a Europa do futuro. E, fundamentalmente, a exploração do litoral do Continente como pólo de desenvolvimento de interesse económico e cultural para o País todo, com particular realce para a região Tejo-Sado como «cabeça de gigante num corpo de pigmeu», como Oliveira Martins (*) a viu. E também a exploração de pólos de desenvolvimento em Leixões-Douro e Faro-Olhão, como prevenção de eventual estratégia de pinça através de projectos geoeconómicos e geoculturais que têm aparecido com a designação de Noroeste Peninsular e Sudoeste Ibérico, a coberto do projecto federalista da CE «Europa das Regiões». Projecto este que, numa Europa que ainda parece longe da união política, é apressado, imprudente, e até talvez pouco inocente.

PROPÓSITOS DA «NOVA ORDEM INTERNACIONAL»

O principal objectivo do projecto «Nova Ordem Internacional» é organizar racionalmente a paz global, promovendo condições desencorajadoras de recurso à força para solucionar conflitos. Por isso, G. Bush, na sua «Declaração da Nova Era», proferida em 12/9/90, lhe chamou também «Pax Universallis». Projecto que tem por inspiração o facto do equilíbrio geopolítico mundial e a paz global que foram conseguidos na Guerra Fria, terem propiciado os notáveis exemplos de desenvolvimento e democratização do Japão e da Alemanha — os vencidos da 2.^a Guerra Mundial — e o arranque da pacificação da Europa e do projecto para a sua união económica.

A «Nova Ordem Internacional» é, naturalmente, uma proposta de longo prazo, para cuja consecução apontam objectivos intermédios transitórios, de

(*) «Portugal Contemporâneo».

médio e curto prazo. Os quais encontrarão naturalmente pelo caminho obstáculos, vicissitudes, e até retrocessos desesperantes, que levarão muitos a considerá-la, e talvez com alguma razão, um sonho ou uma utopia. Mas o caso é que sonhos e utopias sempre levaram a Humanidade a progredir algo.

Entre os objectivos intermédios do projecto da Nova Ordem Internacional, o mais importante é, indubitavelmente, a preservação do acoplamento estratégico transatlântico, entre a América do Norte e a Europa. O qual mostrou ser, como se disse, a base do equilíbrio geopolítico mundial que conseguiu a contenção do projecto de hegemonia mundial tentado pela potência continental mais poderosa da História, a ex-URSS. Acoplamento que, como se referiu, é do interesse de Portugal, por razões ponderosas da sua própria coesão interterritorial.

Outro objectivo intermédio importante do projecto, para a preservação do equilíbrio geopolítico mundial, é o do aprofundamento das solidariedades Norte-Sul e Sul-Sul, por forma a tornar mais coeso o descontínuo e interdependente Mundo Marítimo — periférico. E é importante porque convirá procurar assegurar a tempo o equilíbrio dele com a expressão máxima do Mundo Continental, que é territorialmente contínuo e potencialmente auto-suficiente. A qual pode ser a ex-URSS, a CEI, ou apenas a transcontinental Rússia euro-asiática, que o projecto «Nova Ordem Internacional» tem por propósito apoiar nas suas promessas de modernização, desenvolvimento e democratização para ser pilar dela, a par da comunidade transatlântica Europa-América do Norte.

Numa fase seguinte, prevê-se que o equilíbrio geopolítico mundial possa vir a assentar melhor numa série de comunidades económico-políticas regionais, de que são exemplo, além da Comunidade Europeia, a Associação de Comércio Livre da América do Norte (NAFTA) já em marcha por acordo entre Canadá, EUA e México, a Associação de Nações do Sueste Asiático (ASEAN), etc. Associações essas que tendem a proliferar, e que poderão inclusivamente vir a ser mais legítimos e mais eficazes membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU. ONU essa que está em recuperação e dinamização para poder vir a prevenir e a gerir os conflitos regionais, e a procurar eliminar todas as ameaças à paz, desde a proliferação de armas estratégicas à minoração de desigualdades que levam a radicalismos e a movimentos migratórios que estão sendo geradores de perigosos xenofobismos.

O PROJECTO EUROPEU

A Europa tem sido origem e teatro das mais perigosas conflagrações mundiais. Principalmente por causa de tensões e de conflitos de ordem interna, entre os quais avultam os decorrentes de projectos para a sua unificação, que foram tentados pela força por países de pensar eurocentrista, como a Espanha de Filipe II, a França de Napoleão e a Alemanha de Guilherme II e de Hitler. O próprio Bismark caracterizou tal propensão eurocentrista ao dizer-se estar farto de estadistas que invocam a Europa para pedir a outros países o que não se atrevem a pedir-lhes em nome do seu próprio. E o céebre geoestrategista alemão Ratzel, cujas teses, muitos o dizem, terão servido de inspiração a Hitler, falava, em finais do século passado, de «espaço vital como território indispensável à realização duma entidade política forte e respeitada». Acrescentando que «as entidades políticas menores tenderiam a ser absorvidas pelas maiores, num processo que culminaria na criação dum reduzido número de Estados potentes que eventualmente se envolveriam em luta pela hegemonia mundial».

Mas a escola de pensamento geopolítico continentalista, de inspiração igualmente alemã, falava também dum Mundo organizado em quatro regiões Norte-Sul, associando Nortes mais desenvolvidos a «Sules» menos desenvolvidos, mas ricos em matérias-primas. De que uma delas, a Euro-África, é ainda hoje falada (juntando-lhe também, a coberto de teorias ibero-americanas, a América Latina), como possibilidade de a Europa poder vir a ser uma superpotência a interpor entre as superpotências norte-americana e euro-asiática, ou a competir com EUA e Japão. Possibilidade que, a concretizar-se, tenderia a dividir o Mundo Periférico-Marítimo e, conseqüentemente, a provocar desequilíbrio geopolítico global em favor do Mundo Continental, o que não seria, nem de interesse universal, nem de interesse de Portugal. Outra tese, também do alemão Ratzel, fala duma união voluntária da Europa à Rússia como capaz de conseguir a hegemonia mundial. Tudo razões por que alguns sectores europeus — embora reconhecendo que a Alemanha tem sido agora uma democracia exemplar, e um digno membro da NATO — insistem em não esquecer a História.

A Europa é um caso clássico de muito elevada fragmentaridade potencial e, como tal, de muito difícil coesão. Porque tem uma forma geográfica altamente irregular, de extensa península leste-oeste, de muito acentuado recorte

produzido por grandes penínsulas que são quase-ilhas, e por ilhas de apreciável dimensão. Tem por isso fronteira marítima muito mais extensa do que a terrestre, com litorais de afirmação para mares tão importantes e tão diferentes como o do Norte, o Atlântico e o Mediterrâneo. De que decorrem naturais divergências leste-oeste e norte-sul, e diferenças de objectivos entre continentalistas e atlantistas. Além disso, a Europa é altamente dependente do exterior e de transportes oceânicos para abastecimento de matérias-primas, e ainda da América do Norte para a sua própria defesa. O que, aliás, é também aplicável à América do Norte que necessita, quanto a Europa, do acoplamento estratégico entre as duas margens do Atlântico Norte para a sua própria defesa avançada. Razão por que até se costuma dizer que América do Norte e Europa estão condenadas a serem aliadas. Isto é, a viverem acopladas estrategicamente para se defenderem.

Daí não admirar que, ao chegar-se ao ponto mais crítico do projecto europeu, que é a prova de aceitabilidade do Tratado de Maastricht que pretende fazer a Europa dar o salto de união económica para união política, tenham surgido hesitações e divergências de tomo. Porque há países, e não apenas os mais pequenos, que não querem ser arrastados para políticas externas e de defesa inspiradas pela geografia doutros, que pouco lhes dizem. É o caso declarado da Dinamarca. É o caso também da própria França, um país simultaneamente projectável para o Mar do Norte, para o Atlântico e para o Mediterrâneo — e que, por isso, sempre hesitou entre projectos continentais e marítimos — cujo referendo quanto a Maastricht, de certo por essa razão, a dividiu praticamente a meio. É o caso de países que não querem deixar desacoplar a Europa da América do Norte, de que o exemplo mais claro é a Inglaterra, que agora exerce a presidência rotativa da CE.

De notar também que a França, após o referendo sobre Maastricht, está mostrando desejos de ter maior participação nas decisões da Aliança Atlântica, o que parece querer dizer que a reconhece como factor favorável às suas próprias coesão e segurança.

De notar ainda, e principalmente, que o projecto de viabilização do actual entendimento europeu, e a independência da Europa face ao colosso continental do Leste, só foi possível após o fim da 2.^a Guerra Mundial, quando a Potência Marítima — os EUA — passaram a interessar-se mais directamente pela defesa dela, isto é, com presença militar sua no velho Continente.

E veja-se que os países da Europa Ocidental e da Europa de Leste que pretendem aderir agora ao projecto europeu, o querem fazer à sombra segura

da democrática e defensiva Aliança Atlântica, ou seja, do acoplamento estratégico euro-americano. E que Polónia, Checoslováquia e Hungria pretendem mesmo aderir à NATO, para o que foi já criado pelos aliados transatlânticos um mecanismo próprio — o Conselho de Coordenação do Atlântico Norte — para facilitar a concretização progressiva, necessariamente prudente e lenta, de tal ambição.

Salienta-se, também, que a questão decisiva que Maastricht levantou é, antes do mais, a da opção entre uma «Europa dos Países», atlantista, e uma «Europa das Rgiões» centrista, federalista, divisiva dos países e do Mundo Marítimo. E não a de opção Europa sim e Europa não, como eurocentristas e burocratas de Bruxelas têm querido fazer acreditar.

HORA DECISIVA PARA PORTUGAL

Quanto ao Portugal euro-atlântico, descontínuo, potencialmente muito fragmentário, universalista, é realmente do seu interesse a «Nova Ordem Internacional» e uma «Europa de Países» atlantista.

A Nova Ordem Internacional porque, privilegiando o acoplamento Europa-América do Norte, é ambiente saudável para a coesão interterritorial do País, dado que, como atrás se disse, passa pelo meio do seu descontínuo conjunto territorial a fronteira entre as áreas de interesse estratégico da América do Norte e da Europa. Além disso, a «Nova Ordem Internacional» dá a Portugal a possibilidade de não ser um país apenas periférico na CE, para ser também central numa comunidade transatlântica (que sectores ingleses e norte-americanos sonham estender ao campo económico), com benefício para o seu poder negocial na Europa, na Aliança Atlântica e no Mundo que fala português. A «Nova Ordem Internacional» confere ainda a Portugal a possibilidade de ser útil e importante para o aprofundamento das solidariedades Norte-Sul e Sul-Sul, nomeadamente através de influência que for capaz de merecer do Mundo que fala a sua língua.

Quanto a uma «Europa de Países», atlantista, para além do que já se referiu, ela constitui também ambiente propício à conciliação das tendências eurocentristas e euroatlantistas que, desde há séculos, têm por vezes dividido e enfraquecido a sociedade portuguesa.

Portugal não é um país qualquer. Tem obra universalista, decorrente dos Descobrimentos, que nem a Alemanha, ou mesmo a França, conseguiram inscrever na História, apesar do seu maior poder. É por isso mesmo que a língua portuguesa é falada por maior número de cidadãos do mundo que a alemã ou a francesa. Mas diga-se, por uma questão de justiça, e também de interesse nacional, que qualquer das grandes nações referidas devem ser tomadas como bom exemplo para o Portugal de hoje quanto a competitividade, dedicação ao trabalho, à cultura e ao respeito por si mesmas, e quanto à defesa intransigente do seu interesse.

Quanto à Dinamarca, ela mostrou, sacando de virtudes idênticas às que louvamos às duas supracitadas potências, que a opção europeia não é para ela confundível com opção germânica, e que os países pequenos, quando sabem o que querem, ou pelo menos o que não querem, e são coerentes, firmes e independentes de alma e coração, podem ter voz bem audível na Europa. É outra lição a que nós, os Portugueses, talvez deslumbrados com facilidades conjunturais de desenvolvimento material, e com teorias ensurdecedoras de que já não há fronteiras nem ameaças na Europa de hoje, precisamos de estar atentos. Porque Portugal é principalmente obra de inteligência e de vontade, onde estão, de facto, mais do que noutros factores, a sua autêntica soberania e a sua verdadeira fronteira.

Por isso, é dever lembrar, por respeito a esta Casa, a esta sala, e à data que hoje se comemora, que a opção europeia, que interessa ser a de países, não é confundível com opção ibérica. E que, de modo nenhum, a vital opção histórica nacional atlântica é de substituir pela opção europeia, mas para conciliar com ela. Além do mais, seria cedo para ousar sacrificar a bela realidade de mais de oito séculos que é Portugal, a um projecto de união europeia que, nomeadamente, ainda não conseguiu passar as provas clássicas, decisivas, da exequibilidade e da aceitabilidade da política e da estratégia.

Como disse o genial poeta estrategista Fernando Pessoa, «cumpriu-se o Mar, o Império se desfez ... falta cumprir Portugal». E cumprir Portugal tem por certo muito a ver, também, com o desafio que lhe faltava travar, o da opção europeia. Desafio que cumpre vencer, para que, inclusivamente, os Portugueses não venham a ser cidadãos de segunda em terra própria, por os estrangeiros que aqui haverão de afluir a partir de 1993 poderem aperceber-se melhor que eles das reais potencialidades do País.

A capacidade dos países para influenciar acontecimentos em favor do seu interesse — o chamado poder nacional — reside principalmente na qualidade do seu povo e na da sua Grande Estratégia Nacional. E isso é mais reconhecível em países cuja escassez de recursos económicos naturais lhes serviu de acicate para aproximar o mais possível o seu poder efectivo (ou poder nacional) do seu poder potencial (ou potencial estratégico), como aconteceu com o Portugal de Quinhentos e o Japão de hoje. E, quanto a Portugal, o ser mais influente para o lado do mar que para o da terra, ficou bem patente nos processos da sua adesão à NATO e à CE. Naquele, não foi preciso sequer ser democracia para ser convidado para membro fundador da Aliança, e foi-lhe recusada proposta para se fazer acompanhar da Espanha. Quanto à CE, teve de ser primeiro democracia, teve de pedir a adesão, e fizeram-no esperar pela Espanha, para entrar a par dela.

Recentemente, o Presidente da empresa japonesa SONY declarou que, se viesse a interessar-se por actuar na Europa a partir de Portugal, preferiria ter ligações directas por mar para Roterdão, a camiões TIR. Para Roterdão que, juntamente com o vizinho aeroporto de Schiphol, e com o Reno navegável até à interior Suíça, é à veia central da «Pequena Europa» formada por França, Alemanha e países do BENELUX, que ameaça descolar dos parceiros menos ricos no conceito de «Europa a Duas Velocidades». Veia central de que a periférico — marítima Holanda, que mais uma vez na História tira partido da decadência marítima de Portugal ao assegurar ligações oceânicas entre S. Tomé e Príncipe e portos portugueses, é peça de rara importância.

Outro exemplo para a Grande Estratégia de Portugal é o da Inglaterra, cuja voz na Europa é bem mais forte do que o seu actual declínio económico lhes permitiria, por se escudar numa opção atlântica de que são componente essencial relações privilegiadas com a Potência Marítima de hoje — os EUA — e a «Commonwealth». O que corresponde à histórica estratégia de Portugal quanto à Potência Marítima e à Lusofonia — desde o distante tempo em que também deixou de ser a potência dominante dos oceanos — e que não podemos esquecer, particularmente agora.

Os países terão idade, como as pessoas. Segundo uma teoria de Van Valkenburg, quando jovens, tudo fazem para assegurar viabilidade territorial e coesão. Quando adolescentes, voltam-se mais para o exterior, e podem dar-se mesmo a expansionismos. Quando adultos, preocupam-se mais com a

preservação do património conseguido. Quando de avançada idade, poderão entrar em processos de desintegração.

O projecto europeu, tal como foi conduzido até à questão do Tratado de Maastricht e à cimeira de Birmingham que resultou de reacção àquele, pode ter o inconveniente de provocar algum amolecimento da vigilância nacional, ao repetir-se até à exaustão, num clima de excesso de confiança que parece ter esquecido que em política não há amizades, mas interesses, que não há mais razões para preocupação especial com fronteiras e com soberania. De que o risco, ainda que muito remoto, mas que não é de correr, poderá ser o de desintegração artificial prematura, por exemplo por acção do projecto «Europa das Regiões». O qual parece seduzir os «Velhos do Restelo» de hoje, que parecem rezear, como os seus antepassados, as incomodidades do mar, ao recusarem perceber que se pode, e se deve estar na Europa também através da fronteira marítima. A fronteira do desenvolvimento mais rápido e em maior liberdade, como bem mostram os exemplos referidos da SONY e da Holanda.

A reacção a Maastricht, tendo posto oportuno travão a pressas menos prudentes e menos necessárias, pode vir a dar a Portugal mais tempo para reflectir, e até legitimidade para pugnar por um projecto europeu que seja o mais compatível possível com a vital e histórica opção atlântica universalista nacional. Legitimidade para, racionalmente, pôr a realidade Portugal primeiro; o projecto «Nova Ordem Internacional» que responda ao prosseguimento das aspirações universais de Segurança, Desenvolvimento e Justiça no mundo, logo a seguir; e um projecto europeu que não antagonize interesses vitais dum e doutra, depois. Legitimidade e racionalidade essas reforçadas, como atrás se disse, pelo facto de a Europa ter tudo a lucrar, quanto a aceitabilidade e a competitividade, com a integração das diversas personalidades e especificidades dos países que nela coabitam.

Como também disse Fernando Pessoa ⁽¹⁾, preocupado já no seu tempo com Portugal nevoeiro, onde ninguém sabe que coisa quer, nem o que é mal ou bem... é a Hora. É a hora de nos apercebermos responsabilmente melhor dos prós e dos riscos do projecto europeu, e de nos motivarmos bem para enfrentar e vencer o decisivo desafio da opção europeia, apoiados numa Grande Estratégia Nacional de competitividade, própria de país euro-atlântico lusófono, universalista e europeu que Portugal de facto é. Grande Estratégia essa que,

(1) «Mensagem».

por ser a mais capaz de aproximar o poder nacional do País do seu considerável potencial estratégico, material e anímico, é a que lhe pode assegurar voz mais audível em Bruxelas.

Conviria também lembrar que os países europeus ocidentais que só agora querem ingressar na CEE, por já não lhes convir ignorar mais a realidade que ela constitui — Suíça, Suécia e Noruega — não precisaram do grande «espaço vital» dela para, apesar de serem pequenas potências, terem conseguido ser das mais desenvolvidas, das mais modernas e das mais independentes do mundo, e das que menos dúvidas terão por certo quanto a poderem ter êxito no desafio da opção europeia. O que ficou seguramente a dever-se a persistente observância dos seus Objectivos Nacionais Permanentes, como bem o demonstra a sua pouco apressada aproximação à CE. E, sobretudo, à qualidade e solidez cultural, moral, cívica e patriótica da sua gente, e à racionalidade, competitividade e poder mobilizador da sua Grande Estratégia.

É o que parece importante lembrar no dia de hoje como contributo para um êxito de amanhã no arriscado desafio da opção europeia, a bem de Portugal, do Mundo e da Europa.

Virgílio de Carvalho